

CRISE FINANCEIRA: A FALHA DA REFORMA CONTÁBIL

Jesus Huerta de Soto

Professor de Economia Política da Universidade Rey Juan Carlos

Os anos de "exuberância irracional" que caracterizaram o atual ciclo econômico acabaram em uma profunda crise bancária e mercados financeiros que ameaçam produzir uma séria recessão econômica em todo o mundo. O período passado de expansão artificial caracterizou-se, entre outros aspectos, por uma corrupção gradual, tanto na América como na Europa, dos princípios tradicionais de Contabilidade, tal como se vinha aplicando há séculos em todo o mundo. Especificamente, a aprovação das chamadas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e sua transposição sob a forma de uma lei em diferentes países (na Espanha através do novo Plano Geral de Contabilidade que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2008) supôs o abandono do princípio tradicional da prudência que foi substituído pelo princípio do valor de mercado ou razoável ("valor justo") no momento da avaliação dos ativos do balanço patrimonial e, em especial, de natureza financeira. Neste abandono do princípio tradicional da prudência exerceram uma grande pressão tanto para as bolsas de valores, como hoje e, felizmente, agora na fase de extinção de bancos de investimento e, em geral, todas as partes interessadas em "inflacionar" os valores do saldo para aproximá-los de valores de mercado supostamente mais "objetivos" e que no passado não pararam de aumentar em um processo econômico de euforia financeira. De fato, esse processo foi caracterizado durante os anos da "bolha especulativa" pelo feedback entre os valores crescentes do mercado de ações e seu reflexo contábil imediato, que pretendia, por sua vez, justificar um maior crescimento artificial dos preços de os ativos que estavam listados na bolsa de valores.

Nesta corrida desenfreada para abandonar os princípios tradicionais de contabilidade e substituí-los por outros mais "compatíveis com os novos tempos", tornou-se moeda comum valorizar as empresas com base em hipóteses pouco ortodoxas e critérios puramente subjetivos que, nas novas regras, substituem o único critério verdadeiramente objetivo (o da transação histórica). Agora, o colapso dos mercados financeiros e a perda generalizada de confiança nos bancos e na sua contabilidade, por agentes econômicos, vieram ressaltar o grave erro cometido em se deixarem arrastar pelas NIC e o abandono dos princípios contábeis tradicionais com base na prudência, caindo nos vícios da "contabilidade criativa" a valores de mercado razoáveis ("valor justo").

Neste contexto, devemos entender as medidas recentes tomadas tanto nos Estados Unidos como na União Europeia para "suavizar" a aplicação do valor justo na contabilização das instituições financeiras. Na direção certa, mas incompleta e tomada por razões erradas. Na verdade, as instituições financeiras "apenas se lembraram de Santa Bárbara quando trovejou", ou seja, quando o colapso do valor dos ativos "tóxicos" ou "brutos" colocaram sua solvência em risco. Mas eles ficaram encantados com as novas NICs em anos anteriores de "exuberância irracional", em que valores econômicos e valores crescentes e dispares lhes permitiram que exibissem seus próprios lucros e ativos muito elevados, o que, por sua vez, os encorajava a assumir riscos praticamente sem controle. É, portanto, evidente como as NIC atuam de forma pró-cíclica, aumentando a volatilidade e prejudicando erroneamente a gestão de negócios: nos bons tempos geram um falso "efeito patrimonial" que leva a assumir riscos desproporcionais; Quando da noite para o dia os erros cometidos surgem à tona, a perda de valor dos ativos imediatamente descapitaliza as empresas que são forçadas a vender ativos e tentam se recapitalizar no pior momento, ou seja, quando os ativos valem menos e os mercados financeiros secam. Obviamente, os princípios contábeis, como os da NIC, foram tão perturbadores, que devem ser abandonados o mais rápido possível, revertendo todas as reformas contábeis recentemente promulgadas e, especificamente, a espanhola que entrou em vigor em 1 de janeiro. E isso não só por causa do impasse que eles assumem em tempos de crise financeira e recessão econômica, mas também, e acima de tudo, porque é vital que, em tempos de prosperidade, não se abandone o princípio do valor prudencial que informou todos os sistemas

contábeis desde Luca Pacioli no início do século XV até que o ídolo falso da NIC adquiriu uma carta branca.

Em suma, o erro mais grave da reforma contábil recentemente lançada em todo o mundo consiste em eliminar séculos de experiência contábil e gestão empresarial, substituindo o princípio da prudência, como um princípio de hierarquia máxima entre todos os princípios tradicionais da contabilidade, pelo princípio do chamado "valor justo", que não é senão a introdução do volátil valor de mercado para toda uma série de ativos, especialmente de natureza financeira.

Essa mudança copernicana é extremamente prejudicial e ameaça os fundamentos da economia de mercado pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, viola o princípio tradicional da prudência e obriga a contabilização dos valores de mercado, e significa que, de acordo com as circunstâncias do ciclo econômico, os valores do saldo são inflacionados com ganhos de capital que não foram realizados e que, em muitos casos, pode ser que não cheguem nunca a ser realizados. O "efeito de riqueza" artificial que isso pode gerar, especialmente nas fases de auge de cada ciclo econômico, induz na distribuição de benefícios fictícios ou meramente conjunturais, a assunção de riscos desproporcionais e, em suma, a existência de erros sistemáticos de negócios e para o consumo de capital da nação, em detrimento de sua estrutura produtiva saudável e sua capacidade de crescimento a longo prazo.

Em segundo lugar, devemos insistir que o objetivo da contabilidade não é colecionar os supostos valores "reais" (em qualquer caso, subjetivos e determinados e variados a cada dia nos mercados correspondentes) com o pretexto de alcançar uma "transparência" mal compreendida como "contabilidade transparente", mas possibilitar a gestão prudente de cada empresa e evitar o consumo de capital, através da aplicação de critérios rigorosos de conservadorismo contábil (baseados no princípio da prudência e na contabilização ao custo histórico ou valor de mercado, aquele que seja menor) que garantam a todo o momento que o lucro distribuível vem de um remanescente seguro cuja distribuição de forma alguma comprometa a viabilidade e a futura capitalização da empresa.

Em terceiro lugar, devemos ter em mente que o valor de mercado não é um valor objetivo: no mercado não há preços de equilíbrio que possam ser determinados objetivamente por um terceiro. Pelo contrário, os valores de mercado são o resultado de avaliações subjetivas e estão sujeitos a grandes oscilações, de modo que sua aplicação para fins contábeis elimina grande parte da clareza, segurança e informações que anteriormente possuíam os balanços patrimoniais. Agora, estes se tornaram, em grande medida, incompreensíveis e inúteis para os agentes econômicos. Além disso, a volatilidade inerente aos valores de mercado, especialmente ao longo do ciclo econômico, significa que a contabilidade baseada em "novos princípios" perde grande parte da sua virtualidade como guia de ação para os gerentes da empresa, induzindo nos mesmos, de forma sistemática, importantes erros de gestão. E se isso é sério para uma instituição financeira, muito mais para qualquer uma das pequenas e médias empresas que compõem 90% do tecido industrial.

Em quarto lugar, deve-se recordar que as normas contábeis revogadas, através das correspondentes notas adicionais no relatório, já estavam preocupadas de que os acionistas estariam informados em uma data específica de qual seria o valor de mercado dos ativos mais importantes, mas sem afetar a estabilidade e os princípios tradicionais de prudência que exigem qualquer avaliação contábil dos diferentes itens do balanço patrimonial. Além disso, as contas revogadas eram uma contabilidade prudente e anticíclica, generosa na admissão de provisões para todos os tipos de contingência, que agora são de fato perdas.

Conclusão

Assim como "a guerra é muito importante para ser deixada aos generais", a contabilidade é muito vital para que a economia de todos a tenha deixado nas mãos de especialistas, sejam eles professores visionários, auditores dispostos a reforçar sua posição, analistas, (ex) banqueiros de investimento ou comitês internacionais de todos os tipos, tão arrogantes na defesa de sua falsa ciência, como ignorantes que não foram sequer aprendizes de feiticeiros brincando com um incêndio que estava prestes a gerar a crise financeira mais séria que atormentou o mundo desde 1929.

Madrid, 19 de outubro de 2008